

Extrato da ata nº 798, de reunião do Conselho Deliberativo (CDE) do Agros – Instituto UFV de Seguridade Social

Data, hora e local: 26.08.2021, às 19h15; 27.08.2021, às 16h; por videoconferência.

Mesa: Presidente: José Luis Braga / Secretária: Daniela Cabral Ramos

Sumário dos fatos ocorridos: Pauta Única: Proposta decorrente do TAC do Plano B (NUP 44011.007496/2017-4 - Previc): Os Conselheiros ficaram de sobreaviso durante o período da tarde nas duas datas, para acessarem a reunião em seguida à videoconferência em que ocorriam as negociações com o governo federal sobre a proposta decorrente do TAC do Plano B (NUP 44011.007496/2017-4), para receberem os informes em primeira mão e para o caso de ser necessária alguma deliberação imediata do CDE. No dia 26 o CDE ouviu o relato das tratativas ocorridas na reunião com o Ministério da Economia, com intermediação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF/CGU/AGU), para tratar de questões envolvendo o patrimônio do Plano B (RJU). O relato foi feito pelos membros da mesa de negociação da parte do Agros, a saber: Constantino José Gouvêa Filho - Diretor Administrativo- Financeiro; Áurea Maria de Resende de Freitas – Diretora de Seguridade; Cidriane Mônica Ferreira de Oliveira – Assessora Jurídica; Adriel Rodrigues de Oliveira - presidente da APAGROS – Associação dos Participantes do Agros. Nesta data Samuel Rego Alves Vilanova – Advogado contratado (consultor), também membro da mesa de negociação, não pôde participar da reunião com o CDE. Houve avanço nas discussões, porém a negociação teve continuidade no dia 27. O CDE novamente se reuniu no dia 27 às 16h, para ouvir o relato dos membros da mesa de negociação da parte do Agros, já citados, inclusive o advogado contratado Samuel Rego Alves Vilanova (consultor). O Agros e a União chegaram a um pré-acordo em relação aos recursos do Plano B (RJU) que devem ser repassados ao Governo Federal. Os termos pré-acordados serão avaliados pelos órgãos de governança do Agros (Diretoria Executiva e Conselhos), participantes do Plano (envolvendo as entidades representativas) e a Patrocinadora UFV. O Instituto terá trinta dias para informar o seu posicionamento à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF/CGU/AGU). Haverá também consulta ao atuário do Agros para avaliação das alternativas atuariais para a nova realidade que poderá se configurar após o possível acordo. Oportunamente os participantes do Plano B serão envolvidos para ciência e posicionamento.

Presenças: Conselheiros Efetivos José Luis Braga (Presidente), Fernando Antonio Silva Frutuoso, Eduardo Rezende Pereira, Augusto César de Queiroz, Luciana Aparecida Silva e Adriel Rodrigues de Oliveira; Conselheiros Suplentes José Júlio de Souza, Moacir Albuquerque Gomes de Lima, Vicentina Martins das Dores Ferreira e Jansen Cardoso Pereira.

Daniela Cabral Ramos (secretária)